

Protocolo nº 33902. 501 005 /2016- 16

Data: 03 /08/2016 Hora: 16:12

Assinatura: Patricia



Nota Técnica nº 032/CCADE/GGDIN/DIRAD/DIGES

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2016.

À DIRAD/DIGES

Assunto: Recurso administrativo do servidor Rodrigo Rodrigues de Aguiar

I – RELATÓRIO

Trata-se o presente expediente de análise do recurso – protocolado sob o nº 33902.494434/2016-20 – apresentado pelo servidor Rodrigo Rodrigues Aguiar, matrícula SIAPE nº 2570300, ocupante do cargo de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, lotado na Diretoria Adjunta, da Diretoria de Fiscalização – DIFIS, em face da devolução do requerimento de inscrição em curso de pós-graduação financiada – Executive MBA em Gestão de Negócios, a ser realizado no período compreendido entre 01 de agosto de 2016 e 01 de agosto de 2017.

Alega o servidor que a decisão “está eivada de vícios, (...) pois proferida com flagrante *error in procedendo e error in judicando*”. Justifica seu pedido para a reforma da decisão afirmando que Gerência Geral de Desenvolvimento Institucional não possui competência para decidir sobre a aprovação ou não inscrição em curso de pós-graduação financiado pela ANS e, por isso, solicita que seu recurso seja distribuído para a Diretoria Colegiada – DICOL.

Contesta a fundamentação utilizada para a negativa – Nota Técnica nº 16/2015/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP – e, ainda, questiona o entendimento acerca dos institutos da estabilidade e do estágio probatório, afirmando serem institutos distintos, com objetos e objetivos distintos.

Argumenta, em seu recurso, que sendo estável no serviço público, mesmo que não seja aprovado no estágio probatório no cargo de especialista em regulação, poderá reverter os conhecimentos adquiridos no curso de pós-graduação para o cargo anterior de técnico administrativo.

Por fim, requer da DICOL a reforma total da decisão proferida.

II. ANÁLISE

1. Sobre o vício de competência alegado, a Gerência Geral de Desenvolvimento Institucional, por meio da Coordenadoria de Carreira e Desenvolvimento, conforme os artigos 59 e 59-A do Regimento Interno da ANS, é a área responsável pela capacitação dos servidores da ANS e desenvolvimento na carreira.

Art. 59. À Gerência-Geral de Desenvolvimento Institucional - GGDIN compete:

(...)

II – planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades no âmbito da ANS, compreendendo:

a) gestão de pessoas;

(...)

III-C - orientar, acompanhar, prestar informações e esclarecimentos, bem como prover soluções às unidades da ANS, nos assuntos relacionados à gestão de pessoas, estrutura organizacional e de funções, processos de trabalho e gestão de projetos; e

III-D - promover políticas, diretrizes e práticas relativas à sua área de competência.

Parágrafo único. A Coordenadoria de Carreira e Desenvolvimento - CCADE, a Gerência de Administração de Pessoal – GEAPE, a Gerência de Qualificação Institucional – GEQIN e a Assessoria de Desenvolvimento Institucional - ASDIN subordinam-se diretamente à GGDIN, cabendo a esta o planejamento, a coordenação, a orientação e o controle das suas atividades.

Art. 59-A. À Coordenadoria de Carreira e Desenvolvimento - CCADE compete:

I – identificar, analisar e avaliar mecanismos de desenvolvimento na carreira e de qualificação de pessoas;

II - propor e aplicar ferramentas, tecnologias e referenciais de desenvolvimento de pessoas na ANS;

III – propor e coordenar a execução de convênios e protocolos de cooperação técnica com entidades de desenvolvimento de pessoas;

IV – planejar, coordenar e avaliar, no âmbito da ANS, a execução das atividades, processos e projetos, compreendendo:

(...)

d) avaliação de necessidades de desenvolvimento de competências;

e) implementação e avaliação de soluções de capacitação para desenvolvimento de competências;

(...)

V - propor e aplicar políticas, normas, procedimentos e manuais necessários à sua área de competência;

VI – orientar e apoiar os gestores e os servidores da ANS em assuntos sob responsabilidade da Coordenadoria; e

VII - prestar informações e esclarecimentos internos, bem como prover soluções às unidades da ANS, nos assuntos referentes à promoção de ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas.

(grifos nossos)

2. Os procedimentos para a participação dos servidores da ANS em eventos de capacitação estão disciplinados nas Instruções de Serviços da DIGES nº 11/2008, 12/2009, 13/2010 e 14/2014.

CODP
29

A IS nº 12/2009 dispõe sobre o Programa de Capacitação em Pós-Graduação ~~Lato~~ e Stricto Sensu no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar e estabelece no Anexo I os procedimentos para solicitação de cursos e os prazos para recebimento dos requerimentos e conclusão das análises de solicitação de pós-graduação:

PÓS-GRADUAÇÃO Etapas:	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Requerimento	Até 28/fev	Até 30/jun	Até 30/set
Decisão final	Março	Agosto	Novembro
Início do curso	Mai/jun/jul/ago	Set/out/nov/dez	Jan/fev/mar/abr

O requerimento de inscrição do servidor foi recebido na CCADE em 31 de maio de 2016, para início do curso em 01 de agosto, ou seja, três meses fora do prazo estabelecido na norma. Portanto, o requerimento de inscrição foi protocolado intempestivamente.

3. Quanto ao fato de a negativa para a inscrição do servidor no curso de pós-graduação ter sido fundamentada na Nota Técnica nº 16/2015/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 30 de março de 2015, cumpre-nos informar que a Orientação Normativa nº 7, de 17 de outubro de 2012 (anexa), da Secretaria de Gestão Pública - SEGEp, em vigor, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, quando da realização de consultas à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, relacionadas à orientação e ao esclarecimento de dúvidas concernentes à aplicação da legislação de recursos humanos, determina que:

Art.16. Os órgãos integrantes do SIPEC deverão consultar o sistema de pesquisa CONLEGIS no endereço eletrônico <https://CONLEGIS.planejamento.gov.br> ou www.servidor.gov.br, link legislação, para conhecimento das manifestações exaradas pelo órgão Central.

A Nota Técnica nº 355/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP (anexa) que subsidiou a Orientação Normativa nº 7/2012, explica:

37. O art. 16 da ON expõe a necessidade dos órgãos e entidades utilizarem o CONLEGIS para conhecerem as manifestações exaradas pelo órgão central, e o art. 17 dispõe acerca dos procedimentos para o enquadramento de servidores do Plano de Classificação de Cargos – PCC, em cumprimento de decisões administrativas ou judiciais.

38. No que tange à consulta ao CONLEGIS, lembre-se que esta deve ser uma prática constante dos servidores da área de recursos humanos, seja para agilizar respostas em processos cujos objetos já tenham sido analisados pelo órgão central, seja para evitar o encaminhamento desnecessário de

demandas. Nesse sentido esta SEGEF, sabedora da importância do CONLEGIS no processo de aprimoramento da comunicação do órgão central com os setoriais e seccionais está envidando esforços para implementação de melhorias nesta ferramenta. (grifos nossos)

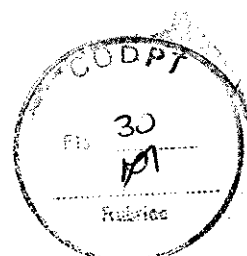
A atuação da CCADE/GGDIN está pautada nos princípios básicos da Administração Pública elencados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, é nosso dever seguir as orientações da Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sobre qualquer assunto relacionado à gestão de pessoas e cumprir a legislação vigente.

4. A Nota Técnica nº 16/2015 não veda a participação de servidores em estágio probatório em eventos de capacitação, mas restringe essa participação aos eventos de curta duração por terem aplicabilidade imediata à qualificação do servidor para o exercício das atividades do seu respectivo cargo.

13. No contexto desta avaliação, importante destacar que as ações de capacitação promovidas pelos órgãos públicos federais, principalmente MBA's, Pós-Graduações, Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados, devem se destinar, primordialmente, a servidores estáveis no cargo público, em razão da característica essencial de que é revestido o estágio probatório, qual seja a de que é um período de adaptação e avaliação do servidor, em que será verificado o desempenho e o grau de aproveitamento às atividades do cargo e às obrigações e vedações aplicáveis aos servidores, de forma a determinar a estabilização ou não no cargo para o qual foi nomeado.

15. Então, considerando o objetivo do estágio probatório e as limitações impostas ao servidor em cumprimento deste período, assim como a partir da inteligência do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, no entendimento deste Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de pessoal não se afigura razoável a Administração, com seus recursos limitados para capacitar, custear cursos de longa duração, como pós-graduação, MBA ou especialização a servidores que ainda se encontrem submetidos ao estágio probatório.

19. Todavia, em elevação aos objetivos da capacitação, aos princípios da supremacia de interesse público, da eficiência, e razoabilidade, mostra-se salutar e recomendável que servidores em estágio probatório sejam beneficiados por atividades de treinamento e formação que tenham relação direta e aplicabilidade imediata às atividades que estejam exercendo, com vistas a preparar o servidor para enfrentar as situações inerentes ao exercício do cargo para o qual foi empossado.



5. A Lei nº 8.112/1990 define cargo público como o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor (art. 3º). Estabelece ainda que *exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança*.

A Nota Técnica nº 16/2015 supracitada deixa claro que a participação em eventos de capacitação de longa duração, dentre os quais se incluem os cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, deverá ser concedida somente aos servidores públicos estáveis no cargo público que ocupam.

16. Tal limitação mostra-se legítima, uma vez que visa resguardar a necessidade de a Administração Pública capacitar primeiro os integrantes de seus quadros efetivos, o que mostra maior conveniente evitar a formação de longa duração de servidores que possam ser inabilitados no estágio probatório.

21. Acresça-se, ainda, à presente manifestação, a orientação de que, como medida profilática, deverão os órgãos e entidades integrantes do SIPEC, quando da divulgação dos processos seletivos que ofereçam vagas para os cursos de capacitação de longa duração oferecidos no âmbito da Administração Pública e, portanto, voltados a servidores públicos com estabilidade no cargo público, deixar claro a seus servidores, que somente estão aptos a participar do referido processo seletivo, por obediência ao que versa o § 2º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, os servidores públicos federais estáveis no cargo público que ocupam.

6. A Lei 10.871/2004, em seu art. 1º, inciso VI, define os cargos das Agências Reguladoras e prescreve a criação da carreira de “Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar composta de cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da assistência suplementar à Saúde, bem como à implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades”.

Ainda no art. 1º, XVIII, constam as atribuições do Técnico Administrativo, cargo de nível intermediário com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras referidas no Anexo

I desta lei, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

No art. 4º elenca as atribuições que são comuns a todos os cargos de nível superior e de nível intermediário das Agências Reguladoras, conforme reitera-se abaixo:

Art. 4º São atribuições comuns dos cargos referidos no art. 1º desta Lei:

I - implementação e execução de planos, programas e projetos relativos às atividades de regulação;

II - subsídio e apoio técnico às atividades de normatização e regulação; e

III - subsídio à formulação de planos, programas e projetos relativos às atividades inerentes às autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras.

Compete aos Especialistas em Regulação de Saúde Suplementar, em todas as áreas de conhecimento demandadas pelas atividades regimentais da Agência, responder legalmente pelas atividades fim, das mais abrangentes, estratégicas e complexas às mais simples, em todas as áreas de conhecimento e funções por eles exercidas, conforme a descrição de seu cargo, de acordo com o art. 2º, incisos I a VI da Lei 10.871/2004.

Os Técnicos Administrativos respondem legalmente por sua atuação em nível intermediário, a qual compreende o conjunto de ações desenvolvidas pela Agência relacionadas às atividades meio, considerando também, conforme a necessidade, atender às prescrições do art. 4º da Lei 10.871/2004.

Isto posto, dois pontos merecem ser destacados:

1º) O fato de o servidor ter sido habilitado no estágio probatório para o cargo de técnico administrativo não garante que será habilitado no estágio probatório para o cargo de especialista em regulação, visto ser o primeiro de nível intermediário e atuar na área meio e o segundo de nível superior e atuar na área fim.

2º) Na hipótese de o servidor*recorrente ser inabilitado no estágio probatório para o cargo de* especialista em regulação, os conhecimentos adquiridos com o curso não seriam revertidos para o cargo de técnico administrativo, visto que a necessidade de realização do curso de pós-graduação solicitado ter relação direta com as atividades desempenhadas na área fim.

Os limites de atuação dos servidores estão intrinsecamente ligados ao nível de complexidade das atribuições dos cargos; pautam-se na distinção entre atividades meio e atividades fim; e são ainda definidos pela possibilidade dos servidores das atividades meio

desenvolverem seu trabalho ora exclusivamente voltado para as atividades meio e ora atendendo diretamente às atividades fim, conforme determina o art. 4º da Lei 10.871/2004, porém dentro do nível de formação exigido para o cargo. Logo, observa-se na legislação referida que aos profissionais investidos em cargos de nível superior cabem as responsabilidades mais abrangentes, estratégicas e especializadas das ações desenvolvidas.

Ressaltamos que a participação de servidores de nível intermediário em cursos de pós-graduação *lato sensu*, desde que estes tenham relação direta com a atividade desempenhada por estes em sua unidade de lotação é objeto de estudo por parte da Coordenadoria de Carreira e Desenvolvimento para a elaboração de normativo específico, conforme estabelecido pela legislação vigente.

III. CONCLUSÃO

As considerações feitas quanto ao mérito do requerimento do servidor estão baseadas em aspectos estritamente legais. A orientação da Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, é clara no sentido de não recomendar a concessão de curso de pós-graduação para servidores ainda não aprovados no estágio probatório do cargo que ocupam.

Dessa forma, entendemos que seria incoerente a Administração agir de forma diversa e opinamos pelo indeferimento da inscrição do servidor Rodrigo Rodrigues Aguiar em curso de pós-graduação financiada e submetemos à apreciação superior.



Berenice Vallota Pantaleão
Gerente-Geral de Desenvolvimento Institucional

